

RELATORIA #1

Título da mesa/painel: Abertura

Data: Rio de Janeiro, 22 de julho de 2024, 9h-10h

Local: Auditório do BNDES – Av. República do Chile, 100, Centro

Participantes

Dilma Rousseff, ex-Presidenta do Brasil e presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento

Michelle Bachelet, Ex-Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Diretora Executiva da ONU Mulheres e ex-Presidenta do Chile ex-Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos e ex-Diretora Executiva da ONU Mulheres

Esther Dweck, Ministra, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Anielle Franco, Ministra, Ministério da Igualdade Racial

Aloizio Mercadante, Presidente, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Marcos Athias Neto, Secretário-Geral Assistente, ONU; Administrator Assistente, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Leonardo Barchini, Diretor, escritório da OEI no Brasil

Moderador/Mediador

Thais Bilenky

Resumo da mesa

Mesa de abertura do evento Estados do Futuro para discutir os principais desafios do futuro a partir de uma visão do Estado.

Relatoria Geral

Aloizio Mercadante (BNDES)

- O Estado para construir um novo futuro não pode ser mínimo. O Consenso de Washington trouxe sequelas severas para o Brasil e América Latina. Esse Estado necessário com ações estratégicas que impulse as instituições para atingir missões relevantes tem diante de si um gigantesco desafio: o primeiro é a calamidade climática. Há um esforço de mais de 4 bilhões de dólares para recuperar a economia local do Rio Grande do Sul. O Estado precisa definir políticas para urgência, emergência climática, e para reconstrução com resiliência e adaptação. O CEMADEN, criado no governo Dilma, realiza alertas e mobiliza a Defesa Civil. Uma proposta é que se forme os estudantes do ensino básico para se prepararem para os alertas que serão cada vez mais frequentes. O segundo desafio está relacionado à descarbonização da economia, ou seja, reduzir o volume de emissões. Há um conjunto de medidas do BNDES para a descarbonização da indústria, por meio do fomento à bioeconomia; gerar valor agregado na agricultura - 49% das emissões do Brasil é o desmatamento e em 2023 reduziu-se 50% do desmatamento.
- Um terceiro desafio é a necessidade de criação de instrumentos para impulsionar a atuação do BNDES para cumprir as metas Paris+10 e Cop 30. Para isso, será apresentado o projeto Arco da Restauração na Amazônia, para blindar a florestas e refazer a cobertura florestas e sequestro de carbono em grande escala; há uma busca por recursos para impulsioná-lo. Além disso, há a Coalizão Verde, que envolve 20 bancos públicos na Amazônia, com uma série de iniciativas, dentre elas financiar a atuação da PF contra o narcotráfico na Amazônia. Outro ponto é a regulação do mercado de carbono na Amazônia. É preciso deixar a disputa comercial e pensar o planeta de forma mais generosa.
- É preciso de novos instrumentos, tem-se o Fundo Amazônia, que atingiu um recorde de desembolso em 2024. Além disso, já existe uma demanda de crédito que é 3 vezes o Fundo Clima (10 bilhões de reais). É preciso conscientizar o mercado financeiro global que o risco é maior de não fazer o enfrentamento da calamidade climática. Há um déficit de recursos globais que vai de 4-7 trilhões de dólares. Espera que a reunião do G20 traga a agenda ambiental de forma mais ousada e decisiva. É importante olhar com rigor a mudança do cenário geopolítico e o papel do Sul Global nesse novo contexto. Estamos saindo de um processo de globalização impulsionado pelo consenso de Washington e a desregulamentação/Estado Mínimo, onde havia interdependência entre EUA/

UE e China, mas assistimos ao desacoplamento em lugar da globalização. O que se assiste é a fragmentação e deslocamento das cadeias mundiais de valor. Os países do Sul enfrentam o desafio de como participar dessa reorganização econômica global e os conflitos (guerras). Os BRICS têm papel decisivo nesse contexto - são mais importantes economicamente que o próprio o G7. Países como China e EUA têm tomado as principais decisões econômicas - por meio de ações de protecionismo e subsídios econômicos, política de compras governamentais e todo tipo de barreiras que dificultam o Sul Global. Não estão chutando a escada, tem gente querendo derrubar o prédio. O Brasil precisa olhar com rigor esse cenário e implementar políticas de defesa comercial, usando cotas, agilidade, para manter processo de reindustrialização/neo-industrialização.

- Ao mesmo tempo, é uma nova oportunidade para o país se posicionar, pois o Brasil tem protagonismo em relação às soluções de segurança alimentar do planeta, é o segundo maior país produtor de alimentos. Temos uma matriz energética limpa e renovável que deve aos servidores do BNDES que olharam além do seu tempo - 89% da matriz elétrica é renovável. Isso é uma vantagem competitiva para nova fronteira de transformação tecnológica.
- Outro desafio é a neo-industrialização precoce. Além do protecionismo, tem-se um esforço por meio de instrumentos (Fundo Clima, TR para inovação, o FUST e o FUNTTEL, LCD - Letra de Crédito para Desenvolvimento, com taxas mais favorecidas sem recolhimento de IR para financiar a indústria).
- Há também o desafio da inteligência artificial - como o Brasil irá avançar, temos 3 supercomputadores, já fomos líderes ao Sul do Equador. É preciso desenhar LLM, que é uma arquitetura de modelo de rede neural baseada em um componente específico, chamado Transformer AI, para países ibéricos. É preciso dominar essa tecnologia e seu uso para sistematização de mão de obra. Isso permitirá liberar e otimizar mão de obra. É um desafio que precisa estar no topo das prioridades.
- Há um desafio relacionado à infraestrutura (carteira é de 50 bilhões), mas o orçamento público está pressionado, é preciso construir inovação financeira. Um exemplo é a Nova Dutra; caso trem Campinas SP e outras obras de mobilidade. A receita futura de pedágio que ancora e desonera o balanço da empresa. Os investimentos de infraestrutura seguem sendo uma dimensão fundamental.

- O cooperativismo não tem visibilidade no Brasil, mas há 20.5 milhões de pessoas organizadas em cooperativas no país; houve aumento de créditos para as cooperativas. As pessoas são proprietárias, recebem o lucro e se beneficiam dos produtos da cooperativas. 1 mil cidades no Brasil não tem mais bancos mas cooperativas - isso pode dar mais resiliência e autonomia além de alavancar a exportação. Uma nova industrialização do cooperativismo agrário.
- É preciso ter uma política rigorosa na avaliação de resultados. O BNDES é o aquário do Brasil, a instituição mais transparente da República, todos os dados são públicos. Será realizado o primeiro concurso no BNDES depois de 12 anos. - é a instituição que mais transfere recurso para o Tesouro Nacional. 30% das vagas serão reservadas para pessoas negras e indígenas e 15% para pessoas com deficiência. Por último, existe um 79% das aprovações de crédito, com resultado de inadimplência de 0. esforço de correção das assimetrias de representação no momento. Momento atual: 79%
- No mundo, há 525 bancos de desenvolvimento no planeta - com 3 trilhões de dólares. Eles são o principal instrumento para combater as mudanças climáticas e alavancar as áreas de fronteira. Os bancos estatais não devem ficar corrigindo falhas de mercado, mas fomentar a diversificação e sustentabilidade. Para reduzir o risco, o planeta precisa de mais bancos públicos. Um banco público quer olhar para primeira infância; proposta de produzir um *app* para mães solo, para que tenha informações da criança na primeira infância (um anjo da guarda para proteger e cuidar das crianças de 0 a 6 anos).
- Já temos o BNDES azul, para proteção de oceanos; o BNDES da economia criativa (crédito para cinema, editais não reembolsáveis); e terá o BNDES prateado, para lidar com o envelhecimento do país, especialmente dos pobres.
- O BNDES está entrando nas periferias, tendo sido realizado o edital para favelas e a proposta de construção de centros culturais. Isso é parte do Estado, o mercado resolve muita coisa, mas precisamos de mais do que isso para um Brasil mais solidário, inclusivo e melhor. É preciso de um Estado necessário portador de futuro.

Marcos Athias Neto (representante de Achim Steiner, PNUD)

- Desde 1960, a PNUD tem orgulho de contribuir com o desenvolvimento encabeçado no Brasil - de contribuir com os avanços realizados. Naquele momento, o PNUD apoiou a criação da EMBRAER e desde então continuou a realizar parcerias relacionadas ao desenvolvimento e inclusão. É excitante ver o

Brasilirálémepensarcomoosgovernospodemsermaisresilientes.Éimportante olhar para o futuro e este evento está relacionado diretamente à missão da PNUD. Como os serviços podem ser transformados para serem mais resilientes?

- No lançamento do relatório irá visibilizar pontos positivos de mudança. Esse é um momento bom de sabermos que temos escolhas de mudar o mundo. Com o Summit of the Future, busca-se criar esperança e, assim, passar para a próxima geração a autonomia de determinar o seu futuro. Esse modo de pensamento levará a nova fronteira de desenvolvimento.

Anielle Franco (Ministra de Igualdade Racial)

- Esta é semana do 25 de Julho, dia da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha, além disso teria sido aniversário da Marielle dia 27 de julho e saúda às mulheres negras presentes. Agradecimento à Dilma Rousseff e Michelle Bachelet, primeiras presidentas mulheres da América Latina, além dos outros participantes da mesa e da Ministra Esther, com ênfase no papel que tiveram na defesa da democracia.
- Representando um projeto de futuro olhando para o passado, sem esquecer-lo ou reduzi-lo. O desenvolvimento sustentável se desenvolve em tripé: crescimento econômico, proteção social e proteção do meio ambiente. Adicionado a isto, tem-se a projeção de uma vida digna a todas as pessoas. É preciso trazer para o centro a proteção da vida. A proteção à vida a todas, ou seja, do combate à pobreza e racismo, sobretudo às violências que limitam a vida. É preciso observar as desigualdades sociais como o centro e não um pano de fundo. As violências que limitam as vidas não são dados frios em um relatório e não são problemas do futuro.
- A pobreza, o racismo e as violências e violações não devem ser discutidas e [suas soluções pensadas] apenas pelas pessoas que as sofrem. Este é um debate de todos e é imprescindível para um novo futuro. Em 2023, 281 milhões de pessoas passaram fome. Em 2019, 1% da população mais rica foi responsável pela emissão de gases de efeito estufa que a 66% mais pobre. Estamos falhando como humanidade. Não há plano B para a vida humana e para o próprio planeta terra e as pessoas mais vulneráveis têm sofrido com as consequências climáticas intensamente, em uma crise permanente de violências.
- Os saberes dos povos quilombolas e ribeirinhos na proteção do meio ambiente precisam estar no centro da cartilha de ação.

- A lógica individual não é inteligente nem eficaz para pensar o futuro. A filosofia africana do Sankofa nos ensina que “caminhar pra frente sem olhar pra trás”. A História mostra que quando há grandes crises, o Estado tem o papel de dialogar com todos os setores e pessoas para não deixar ninguém para trás. É o que tem sido feito no RS e como deveria ter sido feito na pandemia. Para pensar o papel do Estado no futuro é preciso pensar no seu papel no passado e no presente. Foi através de escolhas e políticas de Estado que as desigualdades se estruturaram. Séculos de desigualdades podem ser transformados - é possível mudar com vontade política, resiliência e cooperação.
- O Brasil tem exemplos nesse sentido. As políticas públicas nos governos Lula e Dilma que combateram a pobreza e desigualdades estruturais [Bolsa Família, MCMV etc.] e as cotas sociais e raciais são políticas bem sucedidas. O Estado tem a responsabilidade de não deixar ninguém para trás. O Estado do Futuro tem que ser pensado a partir de um futuro próximo, centrado no combate à fome e racismo.
- Nesse governo, busca-se gerar políticas para lutar contra desigualdades de forma transversal na luta contra as desigualdades (programa com foco em mulheres negras, parceria com MDS, 25 ações); políticas para juventude Negra Viva (mais de 200 ações e mais de R\$500 milhões); governo e comunidade internacional precisam se comprometer com isso. Um mal de 500 anos como o racismo e as demais desigualdades não pode ser uma tarefa de apenas 2 ministérios, mas é preciso todo um governo comprometido com o projeto de país para desenvolvimento sustentável.
- O Brasil adotou na última Assembleia da ONU o ODS 18 (de Igualdade Étnico Racial), um objetivo que nos lembra que enquanto houver racismo, não é possível falar em desenvolvimento sustentável. É preciso eliminar todas as formas de violência contra povos indígenas e afrodescendentes. Os demais países devem se unir ao Brasil e as respostas que têm sido dadas. É importante mostrar que as mudanças almeçadas não ocorrerão com menos Estado, pelo contrário é necessário de um que promova políticas sociais enquanto vetores que correspondem a métricas de desenvolvimento econômico e atentos à proteção inegociável ao meio ambiente.

Esther Dweck (Ministra da Gestão e Inovação)

- O Evento Estados do Futuro é um exercício de reflexão e diálogo político sobre a construção do Estado para os desafios do século XXI. É um evento paralelo oficial do G20, que acontece no RJ, sob presidência brasileira em

2024. O evento articula uma coalizão mais ampla entre governo, academia e sociedade civil. Não haveria parceiro mais importante que BNDES, que lidera o esforço de desenvolvimento. Não seria também tão crucial lançar esse evento na presença de lideranças políticas que fortemente representam esses valores (Dilma e Bachelet). O interesse despertado no evento mostra que as lutas delas seguem mais atuais do que nunca. O futuro que queremos construir deve ser ancorado no protagonismo da população negra, em particular das mulheres negras e dos povos indígenas.

- É preciso pensar o Estado enquanto uma plataforma de combate às desigualdades sociais e raciais. *"O Estado voltou à moda"*, mas os parâmetros para o debate sobre seu papel são outros com relação ao final do século passado. Ele nunca saiu de cena, ainda mais em países que buscaram internacionalmente enfraquecer sua importância. A combinação das crises recolocam o Estado e seus instrumentos no centro da agenda internacional.
- O primeiro desafio é de disputar os rumos desse debate para resultar no fortalecimento completo das capacidades estatais, principalmente nos países em desenvolvimento. Um segundo desafio é o de reimaginar um desenho de capacidades necessárias para enfrentar os novos desafios contemporâneos e emergentes. O Brasil tem muito a contribuir nesse debate. O próprio MGI tem experiências a compartilhar sobre fortalecimento do Estado e da gestão pública (compras públicas, governança das estatais, patrimônio público, governo digital, gestão do conhecimento, memória nacional)
- Muito especialmente, estamos valorizando a força motriz do Estado, os servidores e as servidoras. O Estado do futuro é verde, inclusivo, anticapacitista, feminista, antirracista, anticapacitista, anti-homofóbico, anti-transfóbico e que enfrenta todas as discriminações. É aberto e permeável à participação da sociedade, é capaz de integrar políticas no território e articular internacionalmente formas de mitigar assimetrias de poder. A inclusão digital e a sustentabilidade são centrais instrumentos de ação. O Estado deve ter papel central na Nova Governança Global e, especialmente, há um destaque para o protagonismo que pode ser desempenhado pelo Banco do BRICS.

Michelle Bachelet (ex-presidente Alta Comissária para Direitos Humanos da ONU e ex-presidente do Chile)

- É uma grande honra estar com todos vocês. Quero falar sobre o contexto internacional para pensar em como promover esse Estado futuro. Os desafios do século XXI são enormes- a tarefa de pensar o futuro deve ser feita com forças

conjuntas, governo, setor privado, organizações, organismos internacionais etc. Aqui há um grupo de pessoas juntas pensando como enfrentar esses desafios e com esperança para pensar um mundo melhor para todos. Há crises humanitárias em curso em Gaza, Ucrânia, Haiti, Sudão do Sul. Há outros desafios relacionados aos deslocamentos induzidos pelas mudanças climáticas, além da pobreza persistente, desigualdades raciais e violações de direitos humanos. As divisões e fragmentações do cenário político também são preocupações. Há riscos de novas pandemias. A inteligência artificial gera esperanças e oportunidades, mas também desafios complexos. A única maneira de resolver isso tudo é por meio da colaboração e pela construção de um sistema internacional integrado.

- As mudanças globais são muito grandes para uma só nação: a solução deve ser multilateral. O multilateralismo, da forma como tem operado e está organizado atualmente, não tem sido suficiente para os desafios que estamos enfrentando. Os futuros incertos necessitam de soluções que podem se adaptar rapidamente a partir de uma visão de paz e segurança. O papel dos Estados deve contribuir para um desenvolvimento mais sustentável, uma nova orientação para um multilateralismo inovador. É preciso reconstruir a confiança nos Estados. Este está sem lugar no mundo do século XXI, há esforços nessa direção e haverá novos esforços no próximo ano em relação a formulação e assinatura do novo Pacto Global para Financiamento (haverá encontros na Espanha e no Qatar em 2025).
- Nesse sentido, necessitamos reforçar as cooperações entre governos e revitalizar o multilateralismo, é a única maneira de pensar uma solução conjunta e que atenda a demanda de todos, pois o seu enfraquecimento tem contribuído para a erosão das relações entre países e da própria democracia. É preciso retomar alianças e uma agenda internacional que vise a preservação da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável. A sociedade civil precisa ser protagonista nesse debate, especialmente as mulheres, as pessoas idosas, crianças e pessoas vulneráveis.
- A democracia está falhando e não está produzindo o resultado que a sociedade esperava e isso tem gerado uma perda de confiança nas instituições democráticas. O Latinobarómetro tem mostrado que mais pessoas acreditam que um governo autoritário é efetivo em detrimento da democracia.
- Temos uma responsabilidade coletiva para que a democracia e sua aceitação seja fortalecida. Precisamos fortalecê-la para melhorar a vida das pessoas e garantir a sua aceitação. Há uma preocupação de aumento dos grupos de

extrema direita, os valores de crer nas dignidades e direitos deve prevalecer na sociedade.

- Os Estados precisam ser flexíveis, o financiamento precisa responder aos múltiplos desafios (Defesa de um Fundo de financiamento público global), precisamos de uma arquitetura financeira global mais justa e responder às necessidades que o futuro requer. Que retomemos com força a agenda 2030, pois isso é importante para garantir a prosperidade comum. A pobreza é um desafio que tem múltiplas dimensões e múltiplas escalas e requer respostas e soluções complexas. O Summit do Futuro pode ser um espaço importante para fortalecer alianças.
- O evento é uma oportunidade para se comprometer com a tarefa de não deixar ninguém para trás - os compromissos precisam ser firmados agora. Precisamos dar passos valentes e mudar esse mundo para ser mais justo, sustentável, inclusivo para cada pessoa.

Dilma Rousseff (presidente do Banco dos BRICS)

- É preciso iniciar essa reflexão sobre o papel estratégico do Estado e tecnologias para melhorar a governança. Nas últimas décadas, há mudanças significativas na economia global, com a ascensão das economias emergentes do sul global, em especial à China (espraiamento das indústrias em todo o mundo).
- Em 2005, quando ainda não tinha havido expansão, o bloco original viu sua produção em termos de paridade de poder de compra superar a do G20 pela primeira vez na história. O peso econômico do BRICS aumentou com aumento dos blocos para 9 países. Os avanços tecnológicos dos BRICS desafiaram a dominância do G7 em inovação, o que é muito relevante na avaliação da situação internacional. O que se vê é deslocamento dos fluxos de investimentos e comerciais para a Ásia e Oriente Médio.
- Nesse contexto, o papel do Estado voltou a ser tema de debate mundo afora; o denominado pensamento único que criou a falsa oposição entre Estado e mercado vem sendo questionada pelas próprias economias desenvolvidas que adotaram políticas industriais para fazer face a desindustrialização causada pelo neoliberalismo e o dólar como moeda internacional.
- A centralidade do dólar como moeda hegemônica, há contradições de ser uma moeda doméstica, que cumpre um papel internacional. Como praticar a economia do dólar fraco, de taxas de juros baixas, e ao mesmo tempo

reindustrializar as economias ocidentais e ao mesmo tempo reindustrializar um país que precisa de dólar fraco e taxa de juros baixa para ser competitiva para reduzir déficit em conta corrente e seu superávit de capital?

- As contradições produziram mudanças na forma como a globalização ocorria, aumentando tanto o protecionismo como as políticas chamadas de decoupling e derisking (administração de riscos), praticadas pelos EUA e Europa, produzido um protecionismo nunca antes visto nos últimos 50-60 anos. Nas economias desenvolvidas, a "mão invisível" do Estado está mais do que visível; praticando uma política industrial ativa e forte intervenção na economia doméstica e internacional.
- Em distintos lugares do Sul Global, um dos efeitos importantes é que a predominância de visão de curto prazo (dos modelos de lucro quadrimestral) vem sendo substituída sistematicamente por planos de desenvolvimento propostos por Estados (alguns denominados visão de futuro outros mission-oriented). São projetos que a sociedade e a economia são vistos em contexto de uma política de desenvolvimento com objetivos de longo prazo.
- Mas há desafios adicionais no Sul Global, embora como grupo tenha conquista um aumento do PIB, o protecionismo e a falta infraestrutura dificultam os esforços para industrialização, reindustrialização (financiamento para desenvolvimento e tecnologia e política industrial estão cada vez mais marginalizados na agenda internacional *mainstream*, o que não ocorre nas propostas que têm aparecido no Sul Global).
- Apesar dos frequentes avanços apenas ao desenvolvimento sustentável, ações concretas têm faltado para dar conta dos desafios mais prementes como mudança climática, mecanismos de adaptação e mitigação de efeitos, pandemia, pobreza e a imensa desigualdade que assola principalmente países mais pobres.
- O Estado tem papel imprescindível no enfrentamento dos seguintes desafios, a cooperação industrial é necessária para enfrentá-los não só no plano nacional mas global.
- Os desafios de financiamento estão no cerne dos problemas para enfrentar as crises sobrepostas e alcançar o desenvolvimento sustentável. As condições globais de financiamento são reduzidas e proibitivas devido aos riscos cambiais e os juros praticados pelas economias centrais - colocam em risco a estabilidade financeira. O espaço fiscal é crucial para recursos necessários

de enfrentamento às desigualdades e combate a mudanças climáticas e cumprimento dos ODS. As dívidas pública nos países em desenvolvimento crescem muito rápido. O pagamento de juros tem crescido mais rapidamente do que gastos públicos com saúde e educação. É imprescindível abordar o fardo da dívida em países de baixa e média renda.

- É indispensável mobilizar recursos internos e externos. Os países que não tem banco de desenvolvimento precisam ter; é preciso de ação combinada de bancos multilaterais e nacionais de desenvolvimento para mudar a conformação de forças do sistema financeiro internacional. Não só é crescente o volume da dívida externa, o que reduz o espaço fiscal dos países, mas tem se tornado mais difícil os países acessarem financiamento acessível por conta de restrições ou falta de liquidez do mercado internacional - mesmo que haja um enorme volume de recursos financeiros no mundo. O elevado endividamento dos países desenvolvidos é um desafio também; que baseiam o desenvolvimento recente no aumento da dívida, o que afeta a liquidez internacional. A dívida dos EUA atingiu 34 trilhões de dólares.
- De acordo com a ONU, as taxas de juros pagas por países em desenvolvimento são muito mais altas do que as de países desenvolvidos (países da África tomam empréstimo até 8x taxas da Alemanha e 4x as taxas dos EUA). A dívida dos países têm alto custo, o que compromete investimento em áreas como proteção ambiental, adaptação e mitigação, saúde, educação, sustentabilidade etc. Essa situação tem levado países a buscar soluções de financiamento em moeda local para fazer frente aos juros altos e dólar alto do FED.
- As plataformas de moedas digitais surgem no Sul Global para viabilizar pagamentos em moedas locais, como é o caso da plataforma Mbridge; UPI (Índia) e SPFS (Rússia).
- O relatório da Unctad relatou que o investimento externo para ODS em 2030 caiu mais de 10% em 2023 nos países em desenvolvimento, conseqüentemente, aumentaram lacunas para desenvolvimento sustentável. A lacuna global de investimento em ODS aumentou de 2.5 trilhões para 4.2 trilhões de dólares após a pandemia. As lacunas de financiamento são maiores em países subdesenvolvidos - entre 15-30% dos PIBs.
- Os compromissos dos países desenvolvidos com medidas de combate às mudanças climáticas não têm sido cumpridos - como o caso dos 100 bilhões de dólares prometidos na COP15. Nesse contexto, o mundo enfrenta o risco de desviar os ODS, a possibilidade de cumprir é remota. Não há como países

sozinhos enfrentarem a crise climática (assim como é o financiamento), ao mesmo tempo em que se trata de questão local. O Estado deve exercer um papel articulador tanto no plano interno como externo.

- Mudar o sistema financeiro internacional é difícil, mas tomar algumas medidas para promover arranjos regionais, que usem moedas digitais para aumentar capacidade de financiamento local; incentivar os mercados de capital e ao mesmo tempo, é preciso garantir que haja mecanismos efetivos de cooperação internacional. Os princípios são de respeito mútuo, inclusividade, e princípio de ganha-ganha. Alguns exemplos interessantes como o mecanismo BRICS; cooperação Sul-Sul e diversas plataformas de cooperação; iniciativa Cinturão e Rota da China.
- No que tange a 4ª revolução industrial e tecnológica, os países em desenvolvimento não podem se transformar em ser meros consumidores das inovações; isso seria condenação a ser exportador passivo de commodities. O desenvolvimento sustentável, da reindustrialização da tecnologia e informação são cruciais.
- Do motor a vapor ao chip, os avanços tecnológicos serviram como catalisadores de transformação social, pois alteram o modo de vida, trabalho e utilização de recursos. O atual momento é de evolução da IA, computação quântica, internet das coisas e 5G. IA remodela indústrias, que vão desde a saúde, comunicações, finanças, produtividade agrícola, educação, segurança, combate a pobreza e a fome.
- Com os rápidos avanços, essas inovações são realidades presentes evoluindo rapidamente. A governança da IA apresenta um labirinto de dilemas éticos. Enquanto países do Sul Global navegamos com equilíbrio promovendo o desenvolvimento sustentável e a inovação ao mesmo tempo que nos protegemos dos conflitos e riscos.
- O impacto das IA nos mercados de trabalho é profundo, há o risco de deslocamento de empregos, o que pode impactar desigualdades sociais e geração de renda. Só os Estados nacionais têm o poder de gerir esse processo, em íntimo acordo com uma visão internacional que transformam a ONU como responsável por isso no plano internacional
- Isso importa também para a soberania à medida que os sistemas se tornam integrais para operações de defesa nacional (riscos de guerra de informações, privacidade de dados e troca de informações); esses desafios exigem

cooperação internacional e o papel da ONU é fundamental para regular a IA. Nos últimos meses, houve iniciativas e formação de plataforma para fazer essa interligação. Os BRICS também formularam uma plataforma de controle e suporte à questão da IA.

- O diálogo global sobre IA deve incluir um coro de vozes diversas, contribuindo para um futuro inclusivo, o desenvolvimento explosivo das IA está redefinindo o futuro econômico e é crucial que o Sul Global não fique para trás na 4ª revolução industrial. O debate global sobre IA deve incluir vozes diversas.
- A transferência de tecnologia dos países do Sul Global deve se fortalecer, já que a do Norte para o Sul é precária. Não podemos nos manter como meros consumidores e exportadores de commodities da 4ª revolução industrial. As tecnologias também trouxeram oportunidades e desafios para a governança global.
- É preciso fazer controle das políticas sociais, por exemplo, ver se recursos transferidos estão sendo usados corretamente, era um grande desafio na gestão do governo Dilma. Não basta fazer a política social, é preciso ver se ela chega e efetiva o que propões e é papel do Estado fazer isso. É preciso fazer uma governança adequada das tecnologias, inclusive I.A. Essa governança precisa refletir um consenso amplo e não o interesse de um pequeno grupo de países

Síntese

Diagnóstico/Principais desafios

- O primeiro desafio é de disputar os rumos desse debate para resultar no fortalecimento completo das capacidades estatais, principalmente nos países em desenvolvimento. Um segundo desafio é o de reimaginar um desenho de capacidades necessárias para enfrentar os novos desafios contemporâneos e emergentes. O Brasil tem muito a contribuir nesse debate.
- Fragmentação do sistema político internacional e fortalecimento da extrema direita e de governos autoritários que ameaçam os princípios da democracia e sua aceitação enquanto estrutura. A democracia está falhando e não está produzindo o resultado que a sociedade esperava e isso tem gerado uma perda de confiança nas instituições democráticas.

- Soberania e segurança, tal como privacidade, uso dos dados e riscos à democracia, são ameaçados pelos riscos da Inteligência Artificial.
- O racismo, pobreza, discriminação de gênero são problemas sociais estruturais, históricos e crônicos.
- Historicamente, o Estado operou como reproduzidor de desigualdades sociais, econômicas, raciais, de gênero etc.
- A crise climática é um desafio global, mas que tende a onerar aos mais pobres e vulnerabilizados os maiores riscos e danos. A descarbonização da economia e da política industrial, em um cenário de desindustrialização precoce, também é um desafio.
- Há uma tendência de fragmentação e deslocamento das cadeias mundiais de valor.
- O cooperativismo não tem visibilidade no Brasil, mas há 20.5 milhões de pessoas organizadas em cooperativas no país.
- As condições globais de financiamento são reduzidas e proibitivas devido aos riscos cambiais e os juros praticados pelas economias centrais - colocam em risco a estabilidade financeira.
- Há uma falta de investimentos em infraestrutura, associada ao protecionismo, que dificulta os esforços para industrialização e reindustrialização.
- Há contradições da centralidade do dólar como moeda hegemônica, por ser uma moeda doméstica, que cumpre um papel internacional.
- Aumento tanto o protecionismo como as políticas chamadas de decoupling e derisking (administração de riscos), praticadas pelos EUA e Europa, produzido um protecionismo nunca antes visto nos últimos 50-60 anos.
- O impacto das IA nos mercados de trabalho é profundo, há o risco de deslocamento de empregos, o que pode impactar desigualdades sociais e geração de renda.

Papel do Estado frente a esses desafios

- O Estado deve ser um dos atores protagonistas para pensar o desenvolvimento e o futuro mais inclusivo, sustentável e justo.
- O Estado para construir um novo futuro não pode ser mínimo. As mudanças almejadas não ocorrerão com menos Estado, pelo contrário é necessário de um que promova políticas sociais enquanto vetores que correspondem a métricas de desenvolvimento econômico e atentos à proteção inegociável ao meio ambiente.
- O Estado necessário deve operar por meio de ações estratégicas que impulse as instituições para atingir missões relevantes.
- É preciso pensar o Estado enquanto uma plataforma de combate às desigualdades sociais e raciais. *“O Estado voltou à moda”*, mas os parâmetros para o debate sobre seu papel são outros com relação ao final do século passado. Ele nunca saiu de cena, ainda mais em países que buscaram internacionalmente enfraquecer sua importância. A combinação das crises recolocam o Estado e seus instrumentos no centro da agenda internacional.
- O multilateralismo e as relações internacionais em prol da democracia e do desenvolvimento sustentável e inclusivo é imprescindível nessa tarefa, tal como a formação de uma coalizão entre todos os setores da sociedade (governo, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais).
- O Estado deve assumir um papel articulador tanto no plano interno como externo, sobretudo no que tange a configuração da Nova Governança Global.
- Os Estados precisam ser flexíveis e o financiamento global precisa responder aos múltiplos desafios.
- O Estado é responsável pelo controle de políticas sociais por meio da avaliação de resultados/acompanhamento dos investimentos sociais
- O Estado, por meio do papel desempenhado pelos bancos públicos, é um agente crucial para promoção do desenvolvimento e sustentabilidade.
- O Estado tem a responsabilidade de não deixar ninguém para trás. O Estado do Futuro tem que ser pensado a partir de um futuro próximo, centrado no combate à fome e racismo.

Propostas

- Aumentar os investimentos internacionais por meio do papel dos Bancos de Desenvolvimento para garantia de ações integradas e sustentáveis.
- Garantir a participação social e de que as distintas "vozes" sociais sejam escutadas e protagonizem as soluções para o futuro.
- O Estado precisa definir políticas para urgência, emergência climática, e para reconstrução com resiliência e adaptação.
- Reconhecer e fortalecer a agenda de desenvolvimento com base na redução de desigualdades [globais e locais].
- Fortalecer um novo multilateralismo baseado nos princípios democráticos e na garantia de direitos humanos.
- Reforçar as cooperações entre governos e revitalizar o multilateralismo, é a única maneira de pensar uma solução conjunta e que atenda a demanda de todos, pois o seu enfraquecimento tem contribuído para a erosão das relações entre países e da própria democracia.
- Os países do Sul Global devem fortalecer as suas articulações e continuar a lançar propostas e soluções para proteção dos direitos humanos e garantia de um desenvolvimento sustentável, justo e inclusivo.
- Fortalecer os meios de transferência de tecnologia entre países do Sul Global.
- Estruturar arranjos regionais de cooperação e financiamento público com base em moedas locais entre os países do Sul Global, além de garantir a transferência de tecnologia e compartilhamento de informações para a 4ª Revolução Industrial.
- A Organização das Nações Unidas deve ser um *locus* para o desenvolvimento do multilateralismo e de soluções para o futuro frente aos desafios do século XXI.
- Conscientizar o mercado financeiro global que o risco é maior de não fazer o enfrentamento da calamidade climática.
- Disseminar uma política rigorosa na avaliação de resultados.

- Garantir que os saberes dos povos quilombolas e ribeirinhos na proteção do meio ambiente estejam no centro da cartilha de ação.
- Valorizar a força motriz do Estado, ou seja, do papel desempenhado pelos(as) servidores e servidoras públicas.
- Transformar o sistema financeiro internacional é uma tarefa difícil, mas é preciso tomar algumas medidas para promover arranjos regionais, que usem moedas digitais para aumentar a capacidade de financiamento local.